ACORDAM NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA R.A.E.M.:

Relatório

1. A, com os sinais dos autos, veio recorrer da decisão proferida pelo Mmº Juiz de Instrução Criminal que lhe negou a concessão de liberdade condicional.

Motivou para, a final, concluir que verificados estão todos os pressupostos legais do artº 56º do C.P.M. para que lhe fosse concedida a pretendida liberdade condicional, imputando assim à decisão recorrida a violação do referido preceito legal ; (cfr. fls. 94 a 99).

*

Após resposta no sentido da improcedência do recurso (cfr., fls. 106 a 107), e admitido o mesmo recurso com efeito e modo de subida adequadamente fixados, vieram os autos a este T.S.I..

*

Em sede de vista, juntou o Ilustre Procurador-Adjunto douto Parecer pugnando pela confirmação da decisão recorrida; (cfr. fls. 123 a 126).

*

Lavrado despacho preliminar, e, nada obstando, cumpre decidir.

Fundamentação

Dos factos

2. Com interesse para a decisão a proferir, mostram-se provados os factos seguintes:

- por Acórdão de 01.12.2000, foi **A**, ora recorrente, condenada pela prática de um crime de “falsificação de documento”, p. e p. pelo artº 11º, nº1 da Lei nº 2/90/M de 03.05, na pena de 2 anos e 9 meses de prisão suspensa na sua execução por um período de 3 anos;
- por despacho de 24.03.2004, foi-lhe declarada extinta tal pena;
- por Acórdão de 02.05.2005, foi a mesma recorrente condenada, pela prática, na forma continuada, de um crime de “falsificação de documento de especial valor”, p. e p. pelo artº 245º, 244º, nº 1, al. a) e 245º, al. a) do C.P.M., na pena de 4 anos e 9 meses de prisão, que ora cumpre;
- a recorrente deu entrada no E.P.M. como preventivamente presa em 10.06.2004, e atingiu os dois terços da pena em 07.08.2007, vindo a cumprir totalmente a dita pena em 07.03.2009.
- durante a sua reclusão desenvolveu actividades laborais na

oficina de artesanato e frequentou cursos de ensino primário;

- tem tido visitas de uma irmã residente em Macau, e possui perspectivas de emprego num supermercado.

Do direito

3. Considera a recorrente que a decisão objecto do seu recurso padece do vício de “violação ao artº 56º do CPM”.

Preceitua o referido artº 56º (onde se prevem os pressupostos da liberdade condicional) que:

“1. O tribunal coloca o condenado a pena de prisão em liberdade condicional quando se encontrarem cumpridos dois terços da pena e no mínimo 6 meses, se:

- a) For fundamentado de esperar, atentas as circunstâncias do caso, a vida anterior do agente, a sua personalidade e a evolução desta durante a execução da prisão, que o condenado, uma vez em liberdade, conduzirá a sua vida de modo socialmente responsável, sem cometer crimes; e
- b) A libertação se revelar compatível com a defesa da ordem

jurídica e da paz social.

2. A liberdade condicional tem duração igual ao tempo de prisão que falte cumprir, mas nunca superior a 5 anos.

3. A aplicação da liberdade condicional depende do consentimento do condenado"; (sub. nosso).

Constituem, assim, “pressupostos objectivos” ou “formais”, a condenação em pena de prisão superior a seis (6) meses e o cumprimento de dois terços da pena, num mínimo de (também) seis (6) meses; (cfr. nº 1).

“In casu”, atenta a pena única em que foi condenada a ora recorrente – 4 anos e 9 meses de prisão – e visto que se encontra ininterruptamente presa desde 10.06.2004, tendo já expiado mais que dois terços de tal pena, preenchidos estão os ditos pressupostos.

Todavia, e como é sabido, tal “circunstancialismo” não basta, já que não sendo a liberdade condicional uma medida de concessão automática, impõe-se para a sua concessão, a verificação cumulativa de

outros pressupostos de natureza “material”: os previstos nas alíneas a) e b) do nº 1 do referido artº 56º.

Na verdade, e na esteira do decidido nesta Instância, a liberdade condicional “é de conceder caso a caso, dependendo da análise da personalidade do recluso e de um juízo de prognose fortemente indiciados de que o mesmo vai reinserir-se na sociedade e ter uma vida em sintonia com as regras de convivência normal, devendo também constituir obviamente matéria de ponderação, a defesa da ordem jurídica e da paz social”; (cfr., v.g., os Acs. deste T.S.I. de 31.01.2002, Proc. nº 6/2002, e de 18.04.2002, Proc. nº 53/2002, e, mais recentemente de 17.05.2007, Proc. 257/2007, e de 14.06.2007, Proc. nº 303/2007).

Na situação dos presentes actos, e ainda que se considere viável o mencionado “juízo de prognose favorável”, afigura-se-nos que verificado não está o pressuposto da alínea b) do atrás transcrito artº 56º do C.P.M..

De facto, confrontamo-nos com um crime de “falsificação de documento de especial valor”, importando assim ter em conta a sua repercussão na sociedade, o que vale por dizer que não podem ser postergadas as exigências de tutela do ordenamento jurídico.

Por sua vez, e em termos de prevenção positiva, há também que salvaguardar a confiança e as expectativas da comunidade no que toca à validade da norma jurídica violada, através do restabelecimento da paz jurídica comunitária .

Dest'arte, e não se podendo dar por ora como verificado o pressuposto da alínea b) do artº 56º do C.P.M., há que confirmar a decisão recorrida, com a conseqüente improcedência do presente recurso.

Decisão

4. Em face do exposto, em conferência, acordam negar provimento ao recurso.

Pagará a recorrente a taxa da justiça que se fixa em 4 UCs.

Macau, aos 11 de Outubro de 2007.

José M. Dias Azedo

Chan Kuong Seng

Lai Kin Hong